

CAPITULO 05

ANÁLISE COMPARATIVA: ORGANIZAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO – SINTRACONST, SINDFER, INTERSINDICAL, FETAES

Márcia Prezotti Palassi¹

Brena Costa Lerbach²

Noëlle Silva³

Fernando Reisen⁴

Letícia Ramos Magalhães⁵

Sheila Perim Albuquerque Lopes⁶

A pesquisa *Trajetórias, Redes e Poder: Aspectos das Articulações entre Sociedade Civil e Sociedade Política sob o Discurso do Sujeito Coletivo*, foi realizada no período de 2008 a 2010, com o objetivo de conhecer o papel de catorze instituições da sociedade civil capixaba no processo de produção do poder político estadual, investigando os principais traços identitários, objetivos, trajetórias políticas e estratégias de atuação recentes, presentes do discurso do sujeito coletivo.

O presente texto apresenta um panorama geral sobre os princípios éticos e políticos das organizações pesquisadas, identificando o quão democráticas são as práticas que desenvolvem e o potencial para produzir apoio a coalizões que resultem em processos de governança democráticos, de acordo com o discurso das seguintes organizações representativas de trabalhadores: Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAES; Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil – SINTRACONST; Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários – SINDFER e Sindicato dos Trabalhadores Portuários de Vitória – INTERSINDICAL.

Através dos dados obtidos pode-se identificar que todas as organizações pesquisadas valorizam a participação das bases em seu discurso,

¹ Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP, professora do Departamento de Administração CCJE-UFES, pesquisadora do LEP-NEPCS-UFES e coordenadora do Observatório de Políticas e Práticas Participativas, vinculado ao Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades OPPP-NETES-UFES

² Graduanda em Ciências Sociais, voluntária de iniciação científica do Laboratório de Estudos Políticos – LEP / Núcleo de Pesquisa em Ciências Sociais – NEPCS-UFES

³ Graduanda em Ciências Sociais, voluntária de iniciação científica do LEP – NEPCS-UFES

⁴ Graduando em Ciências Sociais, voluntário de iniciação científica do LEP – NEPCS-UFES

⁵ Graduanda em Ciências Sociais, voluntária de iniciação científica do LEP – NEPCS-UFES

⁶ Graduada em Serviço Social, pela UFES, pesquisadora voluntária do LEP – NEPCS-UFES

principalmente através da realização de assembléias, as quais são amplamente divulgadas por meio das mídias locais e jornais internos, onde são definidos os pleitos e demandas que os membros julgam importantes reivindicar em suas lutas e negociações. Nestes espaços também são discutidos temas sociais e possíveis punições para os associados que infringirem as regras de conduta observadas pela organização. Além das assembléias, as organizações realizam congressos, seminários, oficinas e debates para definir suas bandeiras de luta. Entretanto, ressaltam que os assuntos estratégicos são discutidos e encaminhados exclusivamente no âmbito da direção.

Pode-se observar que há uma combinação de práticas de democracia direta e representativa. Democracia direta quando realizam as assembléias ou consultam as bases. Democracia representativa quando realizam eleições dos representantes, os quais tomam algumas decisões de forma exclusiva. Ao combinar democracia direta com representativa, evita-se que a eleição de representantes que, numa leitura hobbesiana ou skinneriana, implicaria na substituição dos representados pelos representantes – que teriam poder para falar e agir em seu nome (ARAUJO, 2006), resulte na falta de participação dos filiados. Busca-se desta forma, viabilizar canais para a participação dos filiados, para que possam manifestar suas reivindicações, demandas ou opiniões sobre assuntos de interesse. Além disso, a representação coletiva exercida pelas organizações civis tem a característica de uma relação virtual, na qual o representante deve se comprometer com os interesses dos representados (LAVALLE, 2006).

Em relação à filiação, todas as organizações mostraram-se flexíveis e abertas em seu discurso, apontando como principal critério para filiação ser trabalhador da categoria e atuar na localidade correspondente ao sindicato, cuja filiação é voluntária, conforme ilustrado no discurso abaixo:

E isso não cabe à diretoria julgar se você é apto ou não. Quem vai julgar é sua carteira de trabalho, se ela tá assinada ou não. O sindicato é do trabalhador, e se é da categoria então é à vontade. Agora, aquele que não está nos critérios: que não está inserido na empresa que a gente representa não vai ter uma representação; ele não vai ser representado, porque não está inserido no contexto. Mesmo porque não pode, é proibido pelo

estatuto, que determina esses assuntos sobre o associado. (DSC do SINDFER: entrevistas realizadas entre setembro de 2008 e abril de 2009).

Você é trabalhador da construção civil, você veio aqui no sindicato, ou três vezes no ano, a gente coloca no jornal fichinha de filiação, então eles preenchem e manda pra cá. Então tem critério, tem que ser trabalhador da construção civil, tá? (DSC do SINTRACONST: entrevistas realizadas entre setembro de 2008 e abril de 2009).

Vale ressaltar que a FETAES, enquanto representante de sindicatos, apresenta alguns critérios particulares, por exemplo, para participar da direção da organização, o sindicato deve ser associado à FETAES e demonstrar uma conduta ética com representatividade no município onde atua.

No que diz respeito ao desligamento dos filiados, este pode ocorrer tanto por iniciativa dos mesmos, como pelas organizações. No primeiro caso, basta que o interessado manifeste sua intenção, enviando uma carta escrita de próprio punho para assegurar que o pedido de desfiliação não ocorra por algum tipo de pressão do patronato. No segundo caso, as organizações adotam critérios específicos para desligamento dos filiados, iniciativa esta que é tomada como forma de punição nos casos em que for constatada a prática de atos ilícitos, como fraudes, utilização indevida dos recursos financeiros ou prejuízos ao patrimônio.

As organizações também explicitam em seu discurso preocupação em garantir uma conduta ética entre os filiados e contra qualquer tipo de discriminação, sendo que na maioria dos casos, estas questões são previstas no estatuto e sua infração constitui falta grave, podendo culminar na desfiliação do associado, conforme descrito no seguinte discurso:

Desfiliar basta ir ao OGMO [Órgão Gestor de Mão-de-Obra do Trabalho Portuário Avulso do Porto Organizado do Estado do Espírito Santo] e fazer uma cartinha do próprio punho dizendo que a partir de amanhã estou [me] desfilando, ou seja, eu quero sair do sindicato em questão.

Ou se ele causar danos ao patrimônio, a assembléia que vai determinar a punição pra pessoa (DSC INTERSINDICAL: entrevistas realizadas entre Setembro 2008 e Fevereiro de 2009).

[...] os Trabalhadores Portuários Avulsos registrados ou cadastrados que estejam ausentes ou que se ausentarem sem justificativa da atividade

(participação do sistema de rodízio) por mais de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos [...]” (Convenção Coletiva do Trabalho - CCT 2005/2007, pg. 12).

Vale ressaltar que todas as organizações explicitaram nos discursos a preocupação em promover uma conduta ética desejável, tanto entre os seus membros, como nas ações institucionais. O estatuto é citado como um instrumento de referência onde são definidas as normas de conduta.

Visando garantir o cumprimento dos princípios éticos, algumas organizações possuem instâncias específicas para tratar deste assunto, como Conselhos e/ou Comissões de Ética, os quais fiscalizam e estabelecem penalidades. Além disso, também se estruturam para fiscalizar a utilização dos recursos financeiros através do Conselho Deliberativo.

Outra exigência das organizações presente no discurso do sujeito coletivo é a fidelidade aos princípios defendidos por estas, mesmo àqueles não discriminados em seus estatutos. É possível afirmar, que uma marca das organizações representativas dos trabalhadores estudadas no discurso do sujeito coletivo é o valor da palavra e do compromisso com as questões coletivas, mesmo não havendo um código de ética formalmente estabelecido.

Não existe um código de ética, não! No momento onde a diretoria assume, ela assume e passa a coordenar, os outros respeitam os diretores, desde que eles trabalhem corretamente. Trabalhando corretamente, o respeito é mútuo (DSC da INTERSINDICAL: entrevistas realizadas entre Setembro de 2008 e Fevereiro de 2009).

Os dados coletados permitem constatar que os princípios políticos e ideológicos adotados por essas organizações estão relacionados à democracia, no sentido de que os interesses coletivos e a ética prevaleçam na organização, para que esta não seja utilizada em benefício privado. Além disso, é enfatizada a necessidade de haver um espírito de lealdade e de comprometimento para divulgar a imagem positiva da organização. Em outras palavras, os princípios devem estar voltados para valorizar e consolidar a

imagem da organização, sendo que uma das organizações pesquisadas não se manifestou sobre este assunto de forma clara.

Exemplos de princípios político-ideológicos aparecem no discurso do SINDFER, que defende a democracia interna e que a observância de interesses coletivos prevaleça sobre interesses individuais:

O primeiro princípio é o da democracia; um princípio fundamental é o princípio da ética, da democracia; da ética no sentido da ética na produção - você tá produzindo ali junto - e o da democracia, pra que nunca sejam colocados interesses individuais sobre interesses coletivos. Interesses coletivos sempre têm que prevalecer no sindicato. (DSC do SINDFER: entrevistas realizadas entre Setembro de 2008 e Fevereiro de 2009).

5.1 - Propensão para apoiar ações, alianças e/ou coalizões estratégicas

A identificação, ainda que de forma precária, das principais tendências de articulações das organizações do mundo do trabalho em relação às possibilidades de apoiar parcerias estratégicas para atingirem seus objetivos, mostra, por outro lado, as afinidades na esfera pública de cada uma das organizações representativas dos trabalhadores aqui estudadas. Desse ponto de vista a análise busca mostrar a predisposição ou indisposição para parcerias, alianças e apoio a determinados tipos de ações.

A esse respeito, Dowbor (2008) afirma que a articulação com outras instituições é um avanço no sentido de garantir a legitimidade da representação porque é a partir delas que as instituições de trabalhadores, em nosso caso, podem formular e qualificar propostas. Numa democracia, o representante deve defender os interesses de seus representados, mas deve levar em conta a existência de interesse de outros grupos, com os quais necessita dialogar.

Entretanto, é necessário ressaltarmos que não buscamos pesquisar as redes reais existentes entre as organizações, mas apenas identificar o potencial ou a propensão para prestar apoio a ações ou a coalizões, indicado pelas organizações do mundo do trabalho, tendo como referente àquelas que foram

objetos dessa pesquisa⁷, a fim de verificar o grau de proximidade das organizações sindicais em relação às demais.

Em geral, pode-se dizer que as organizações representativas dos trabalhadores têm uma tendência maior a se aliar com outros sindicatos de trabalhadores e organizações populares com posturas ideológicas mais à esquerda, apontando maior propensão de aproximação com o Partido dos Trabalhadores – PT. Entretanto, embora tal fato seja recorrente, não existe uma relação formal com os partidos políticos, ilustrado no discurso a seguir:

Apesar de a gente reconhecer o valor de algumas instituições, entidades, mas nós não somos filiados a partido nenhum, não temos compromisso com partido nem com essas outras entidades (DSC: INTERSINDICAL - Entrevistas realizadas em Outubro de 2008).

Essas organizações, em geral, demonstram restrições quando se deparam com tendências e práticas políticas opostas aos seus objetivos, por exemplo, com organizações patronais e partidos de direita, cujas afinidades políticas são baixas ou inexistentes. Contudo, em contextos onde haja extrema necessidade, ou seja, necessário relacionar-se com organizações com os quais não têm afinidades para atingir objetivos desejados, neste caso, as organizações representativas dos trabalhadores podem se aliar a este tipo de organização. Um exemplo pode ser observado no caso da INTERSINDICAL, que apesar de ter sua maior aproximação com o Partido dos Trabalhadores – PT, atualmente também tem apoiado o governo estadual e prefeituras municipais, não administrados pelo PT. Fato este observado na abertura para apoiar outras organizações e partidos para a realização de políticas de grande abrangência, como é o caso da construção do Porto de Águas Profundas. Na verdade, a estratégia adotada pela Intersindical corrobora a reflexão de Lojkin (1999), que aponta para a redefinição do lugar do movimento sindical, na

⁷A pesquisa trabalhou com uma amostra de 18 organizações, as quais compreendem os principais partidos políticos, organizações religiosas, federações, sindicatos, ONG's e movimentos sociais. Foi perguntado aos líderes com quais delas o sindicato teria maior ou menor propensão para prestar apoio, seja para disputar eleições ou implementar políticas públicas.

contemporaneidade, o qual vem tentando intervir nas decisões políticas do setor.

A identificação, ainda que de forma precária, das principais tendências de articulações das organizações do mundo do trabalho em relação às possibilidades de apoiar alianças e parcerias estratégicas para atingirem seus objetivos, mostra, por outro lado, as afinidades de cada organização estudada⁸. O quadro 01 sintetiza as preferências identificadas nos discursos⁹:

Quadro 01 – Propensão para Apoiar Ações e/ou Coalizões					
PROPENSÃO	Organizações de Trabalhadores				SÍNTESE
	FETAES	INTERSINDICAL	SINDFER	SINTRACONST	
ALTA	PT, SINTRACONST	PT, SINTRACONST, SINDFER, OAB, PDT, PSB Transparência Capixaba, ES em Ação,	PT, SINTRACONST, INTERSINDICAL FETAES, FAMOPES, CPV, CONIC	PT, FETAES, INTERSINDICAL SINDIFER CPV, OAB, CONIC	Em geral, tem alta propensão para apoiar: PT e as demais organizações de trabalhadores.
MÉDIA	FAMOPES, Transparência Capixaba, CNBB, OAB	FAES, FETAES, FAMOPES, FINDES, PMDB e CONIC	PMDB, OAB, Transparência Capixaba, ES em Ação	PMDB, CNBB Transparência Capixaba, ES em Ação	Em geral, tem média propensão para apoiar: PMDB e Transparência Capixaba,
BAIXA	PSDB, CONIC, SINDFER, FAES, INTERSINDICAL	PSDB, CPV e DEM	PSDB, DEM, FINDES, FAES	FINDES, FAES, FECOMERCIO DEM, PSDB	Em geral, tem baixa propensão para apoiar: PSDB, DEM, e FAES

Fonte: Capítulos 01, 02, 03 e 04 (p.14 a 88)

⁸ Com base na amostra de 18 organizações (objeto dessa pesquisa), as quais compreendem os principais partidos políticos, organizações religiosas, federações, sindicatos, ONG's e movimentos sociais, foi perguntado aos líderes com quais delas o partido teria maior ou menor propensão para construir coalizões ou buscar obter apoio, seja para disputar eleições ou implementar políticas públicas.

⁹ OBS: É possível perceber inconsistências neste quadro, por exemplo: O SINDFER elege a FETAES como possibilidade de apoio, por sua vez a FETAES indica o SINDFER como sendo uma organização com baixa possibilidade de obter seu apoio.

Desse modo, verifica-se que a FETAES reafirma seus traços identitários ligados aos movimentos sociais rurais e ao Partido dos Trabalhadores com quem manifestam grau alto de proximidade. No caso, o PT comparece como sendo prioritário para o apoio a ações de governo. Em posição mediana de preferência para ações conjuntas destacam a Federação das Associações de Moradores do Espírito Santo – FAMOPES e Transparência Capixaba. Em grau mais distante a instituição elenca um número significativo de instituições e representantes do executivo e do legislativo, porém, dos dezoito contidos na amostra, somente cinco foram colocados como possíveis parceiros para o desenvolvimento de ações conjuntas. Os dados assinalados permitem inferir que a FETAES se posiciona de forma restrita em relação a uma atuação em rede e com pouca disposição para apoiar ações e coalizões que não estariam próximas de campo de interesses mais imediato. Entretanto, considerando a complexidade dos temas que fazem parte da sua agenda, este aspecto carece de aprofundamento no sentido de se constatar se esta é uma posição política da federação, ou uma fragilidade das suas estratégias de atuação.

Na INTERSINDICAL a informação sobre quais instituições os sindicatos portuários apoiariam para ações conjuntas, ou a quais projetos políticos estariam mais propensos a apoiar para o governo estadual, não encontrou grande ressonância. Desse modo não foi possível estabelecer uma classificação mais consistente sobre as prioridades na medida em que não foi possível verificar um consenso razoável entre os entrevistados. As instituições citadas por ordem de prioridade foram; Partido dos Trabalhadores - PT, Transparência Capixaba, ES em Ação, SINTRACONST, SINDFER, OAB, PMDB, PDT, PSB, FINDES, FAES, FAMOPES, FETAES, CONIC, DEM, CPV, PSDB. Porém, mesmo com poucos dados, é perceptível em seu discurso que a Intersindical se considera uma organização petista, porque o diálogo com os parlamentares deste partido parece ser mais evidente em comparação com as outras instituições.

O SINDFER, por sua vez, revela posições consistentes com sua trajetória de atuação nas últimas décadas, marcadas por processos de privatização e de mudanças profundas nas relações de trabalho. Desse modo, nas situações que envolvem apoio a projetos políticos ou outras ações relacionadas ao sindicato,

o SINDFER priorizaria apoio a alianças com o PT, bem como ações conjuntas com sindicatos de trabalhadores (Sindicato dos Portuários, SINTRACONST e FETAES), com os movimentos populares e associações de moradores (CPV, FAMOPES) e com os movimentos ligados às igrejas (CONIC, CNBB). Em grau mediano apóia a Transparência Capixaba, OAB, Espírito Santo em Ação e PMDB. Jamais apoiaria, segundo a maioria dos entrevistados, o PSDB e os Democratas, principalmente devido à trajetória dessas instituições, ligadas à privatização e à ditadura militar, além de seu desalinhamento com questões coletivas. No caso das instituições patronais (FINDES, FAES e FECOMÉRCIO), o grau de aproximação também é muito baixo. Em suma, o SINDFER está mais pré-disposto a estabelecer parceria com instituições que possuem posturas mais populares, isto é, próximas do povo e distantes daquelas que adotam uma postura mais patronal e conservadora.

O SINTRACONST, na mesma direção do SINDFER, aponta em seu discurso que apoiaria prioritariamente instituições de esquerda e as pertencentes à classe trabalhadora. Dentre as instituições com alta probabilidade de articulação e apoio estão o Partido dos Trabalhadores - PT, o Sindicato dos Ferroviários - SINDFER, o Sindicato dos Portuários de Vitória - INTERSINDICAL, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAES, o Conselho Popular de Vitória - CPV, a Ordem dos Advogados do Brasil Regional - OAB e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - CONIC. Com média probabilidade comparece o Partido do Movimento Democrático - PMDB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Sub-regional-ES) - CNBB, a Transparência Capixaba, e Espírito Santo em Ação. Com baixa probabilidade para prestar apoio a alianças estão o Partido dos Democratas e em segundo lugar o Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB. Em relação às organizações patronais - FINDES, FAES e FECOMERCIO - também não apresentam maiores predisposições a apoios, cuja possibilidade depende da conjuntura do momento; o mesmo sendo verificado para as ONG's Transparência Capixaba e Espírito Santo em Ação.

Em suma, o que a análise comparativa destes poucos casos de organizações do mundo do trabalho ressalta são as diferenças e similaridades que as caracteriza, ao mesmo tempo em que possibilita destacar a importância

estratégica de cada uma no cenário político estadual. Isto, sobretudo, no que se refere à disseminação de valores e princípios que impregnam a cultura política e desse modo contribuem, ou não, para ampliar a presença de valores e práticas concernentes com a normatividade democrática. Ou seja, para além da presença das regras do jogo da *democracia eleitoral* e suas liberdades básicas, a intenção foi sondar sobre a vigência de traços da cultura política democrática presentes na formulação das suas agendas políticas seja no âmbito das interações internas, seja em suas práticas em relação às demais organizações do universo do mundo político-partidário e da sociedade civil.

Concluindo, os resultados permitem corroborar que a categoria de espaço público, referência analítica da pesquisa, possibilitou iluminar o olhar sobre o conjunto de dados das diversas organizações estudadas e desse modo verificar que "(...) o exercício da deliberação, sob condições adequadas, amplia a esfera da política, abre oportunidades de inovação e permitem um tipo de relação entre a sociedade civil, a sociedade política e o Estado, que cria possibilidades antes inexistentes" (DAGNINO, OLIVEIRA E PANFICHI, 2006, p.25). Entretanto, embora em algumas situações e organizações observássemos que há posturas avançadas nesse sentido, em outras, ao contrário, essa possibilidade permanece distante.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Cícero. Representação, retrato e drama. **Lua Nova**, n. 67. São Paulo: CEDEC, 2006, p. 229-260.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DAGNINO, E. ; OLIVEIRA, A. J.; PANFICHI, A. A disputa pela construção da democracia na América Latina. IN: DAGNINO, E.; OLIVEIRA, A. J.; PANFICHI, A. (orgs). **A disputa pela construção da democracia na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006

DOWBOR, Monika; HOUTZAGER, P.; SERAFIM, L. **Enfrentando os desafios da representação em espaços participativos**. São Paulo: CEBRAP: IDS (Institute of Development studies), 2008.

LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua nova**, n. 67. São Paulo: CEDEC, 2006, p. 49-103.

LOJKINE, J. **O tabu da gestão**: a cultura sindical entre contestação e proposição. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política. São Paulo, nº. 67, p. 191-228, 2006